

Os Contratos de Consumo

REFLEXÃO SOBRE A AUTONOMIA PRIVADA
NO DIREITO DO CONSUMO

2012

Jorge Morais Carvalho

OS CONTRATOS DE CONSUMO
REFLEXÃO SOBRE A AUTONOMIA PRIVADA
NO DIREITO DO CONSUMO

AUTOR

Jorge Morais Carvalho

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Junho, 2012

DEPÓSITO LEGAL

345209/12

Apesar do cuidado e rigor colocados na elaboração da presente obra, devem os diplomas legais dela constantes ser sempre objeto de confirmação com as publicações oficiais.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

CARVALHO, Jorge Morais

Os contratos de consumo : reflexão sobre a autonomia
privada no direito do consumo

ISBN 978-972-40-4827-7

CDU 347

366

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	5
ABREVIATURAS	9
1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Enunciado do problema e justificação	13
1.2. Breve incursão nas origens e nos fundamentos do direito do consumo	14
1.3. Breves observações sobre a natureza jurídica do direito do consumo	21
1.3.1. Noção de consumidor	22
1.3.2. Autonomia científica do direito do consumo	36
2. AUTONOMIA PRIVADA	
E NORMAS COM CONTEÚDO IMPERATIVO	43
2.1. Observações gerais	43
2.2. Licidade	45
2.2.1. Celebração do negócio contra disposição imperativa	45
2.2.1.1. Direitos estrangeiros	46
2.2.1.2. Direito português	48
2.2.2. Contrariedade à lei	56
2.2.2.1. Direitos estrangeiros	57
2.2.2.2. Direito português	59
2.2.2.2.1. Âmbito de aplicação	59
2.2.2.2.2. Regime jurídico	68
2.3. Reflexão sobre as normas com conteúdo imperativo	71
2.3.1. Disponibilidade do conteúdo de uma norma por via contratual	71
2.3.2. Definição e classificação dos interesses protegidos pelas normas	76
2.3.2.1. Proteção de interesse geral	77
2.3.2.2. Proteção de interesse de terceiros	79

2.3.2.3.	Proteção de interesse de ambas as partes	81
2.3.2.4.	Proteção de interesse de uma das partes	84
2.4.	Consequências da contrariedade a uma norma imperativa	89
2.4.1.	Invalidade do contrato	90
2.4.1.1.	Nulidade	90
2.4.1.1.1.	Referências	91
2.4.1.1.2.	Regime jurídico	92
2.4.1.1.2.1.	Nulidade típica	92
2.4.1.1.2.2.	Nulidades atípicas	93
2.4.1.2.	Anulabilidade	96
2.4.1.2.1.	Referências	96
2.4.1.2.2.	Regime jurídico	98
2.4.2.	Outras consequências relativas ao contrato	100
2.4.2.1.	Inexistência jurídica	100
2.4.2.2.	Ineficácia	102
2.4.2.3.	Constituição como obrigação natural	104
2.4.2.4.	Resolução do contrato	104
2.4.3.	Sanção penal	105
2.4.4.	Sanção contraordenacional	108
3.	PRINCÍPIOS GERAIS RELATIVOS À FORMAÇÃO DO CONTRATO DE CONSUMO	113
3.1.	Nota introdutória	113
3.2.	Formalismo	114
3.2.1.	Princípios gerais	114
3.2.2.	Tendencial formalismo dos contratos de consumo	117
3.2.3.	Imperatividade	121
3.3.	Formação do contrato	125
3.3.1.	Proposta seguida de aceitação	126
3.3.1.1.	Proposta	126
3.3.1.1.1.	Requisitos da proposta	126
3.3.1.1.2.	Proposta e convite para contratar	130
3.3.1.1.3.	Proposta ao público	132
3.3.1.2.	Aceitação	143
3.3.1.3.	Eficácia da proposta e da aceitação	149
3.3.2.	Documento contratual único	156
3.3.3.	Outros modelos de formação do contrato	159
3.3.4.	Comunicação do conteúdo da declaração do profissional	163
3.3.5.	Cláusulas não negociadas individualmente	165
3.3.5.1.	Âmbito de aplicação do Decreto-Lei n.º 446/85	165

3.3.5.2.	Inserção das cláusulas em contratos individualizados	178
3.3.5.2.1.	Conexão das cláusulas com o contrato e comunicação	179
3.3.5.2.2.	Dever de informação ou esclarecimento	188
3.3.6.	Informação e (comunicação do) conteúdo da declaração do profissional	191
4.	FORMAÇÃO DE CONTRATOS DE CONSUMO EM ESPECIAL	197
4.1.	Análise do regime por referência às práticas comerciais	197
4.1.1.	Contratos celebrados à distância	198
4.1.1.1.	Definição de contrato celebrado à distância	198
4.1.1.2.	Deveres pré-contratuais	206
4.1.1.2.1.	Conteúdo mínimo da declaração do profissional	206
4.1.1.2.2.	Comunicação do conteúdo mínimo da declaração	209
4.1.1.3.	Formação dos contratos celebrados à distância	212
4.1.1.3.1.	Introdução	212
4.1.1.3.2.	Dever de apresentação de proposta contratual	213
4.1.1.3.3.	Contratos celebrados por correspondência postal	214
4.1.1.3.4.	Contratos celebrados com recurso à televisão	215
4.1.1.3.5.	Contratos celebrados por telefone	215
4.1.1.3.6.	Contratos celebrados através da Internet	216
4.1.1.3.6.1.	Comércio eletrónico e princípios gerais	216
4.1.1.3.6.2.	Momento da celebração do contrato	218
4.1.1.3.6.3.	Forma nos contratos eletrónicos	223
4.1.1.4.	Obrigação de confirmação do conteúdo do contrato	225
4.1.1.4.1.	Elenco do conteúdo mínimo da confirmação	227
4.1.1.4.2.	Forma da confirmação e conceito de suporte durável	228
4.1.1.4.3.	Momento da confirmação	232
4.1.1.4.4.	Contratos não sujeitos a confirmação	233
4.1.2.	Contratos celebrados no domicílio ou a estes equiparados	234

4.1.2.1.	Contratos celebrados no domicílio	235
4.1.2.1.1.	Delimitação	235
4.1.2.1.2.	Deveres pré-contratuais	241
4.1.2.1.3.	Formação do contrato	242
4.1.2.2.	Contratos celebrados no local de trabalho	245
4.1.2.3.	Contratos celebrados em reuniões	246
4.1.2.4.	Contratos celebrados em excursões	247
4.1.2.5.	Contratos celebrados em local indicado pelo profissional	249
4.1.3.	Contratos celebrados em estabelecimentos automatizados	252
4.1.3.1.	Caracterização	252
4.1.3.2.	Formação do contrato	254
4.1.4.	Fornecimento oneroso de bens ou serviços não solicitados	258
4.1.5.	Práticas comerciais desleais	273
4.1.5.1.	Fundamentos	374
4.1.5.1.1.	Harmonização máxima e harmonização mínima	275
4.1.5.1.2.	Proteção do consumidor e defesa do mercado	281
4.1.5.2.	Práticas comerciais desleais em geral	283
4.1.5.2.1.	Cláusula geral	284
4.1.5.2.2.	Práticas comerciais enganosas e agressivas	289
4.1.5.3.	Algumas práticas comerciais desleais em especial	291
4.1.5.3.1.	Comunicações não desejadas	291
4.1.5.3.2.	Publicidade enganosa e publicidade comparativa	295
4.1.5.3.3.	Contratos em cadeia	297
4.1.5.3.4.	Contratos ligados	299
4.2.	Análise do regime por referência aos tipos contratuais	300
4.2.1.	Contrato de compra e venda para consumo	300
4.2.2.	Oferta gratuita de bens ou serviços	311
4.2.2.1.	Contratos promocionais	312
4.2.2.2.	Oferta gratuita de bens ou serviços propriamente dita	317
4.2.2.2.1.	Oferta de bens ou serviços na legislação portuguesa	317
4.2.2.2.2.	Natureza jurídica e regime aplicável	319
4.2.2.3.	Cartão de fidelização ou de cliente	321
4.2.2.4.	Concurso ou sorteio	323

4.2.3.	Contratos de prestação de serviços públicos essenciais	328
4.2.3.1.	Noção de serviços públicos essenciais	328
4.2.3.2.	Dever de contratar e serviços públicos essenciais	335
4.2.4.	Contrato de crédito ao consumo	339
4.2.4.1.	Noção de contrato de crédito ao consumo	341
4.2.4.2.	Conceito e função da TAEG	357
4.2.4.3.	Deveres pré-contratuais	359
4.2.4.3.1.	Publicidade	360
4.2.4.3.2.	Conteúdo da declaração do profissional	364
4.2.4.3.3.	Dever de avaliar a solvabilidade do consumidor	370
4.2.4.4.	Formação do contrato	376
5.	DIREITO DE ARREPENDIMENTO	389
5.1.	Direito de arrependimento em especial	391
5.1.1.	Direito de arrependimento de fonte contratual	391
5.1.2.	Direito de arrependimento na Lei de Defesa do Consumidor	392
5.1.3.	Contratos celebrados à distância	393
5.1.3.1.	Prazo	393
5.1.3.1.1.	Direito português	393
5.1.3.1.2.	Direitos estrangeiros	395
5.1.3.2.	Exercício do direito	397
5.1.3.3.	Efeitos do contrato na pendência do prazo	399
5.1.3.4.	Efeitos do exercício do direito	402
5.1.3.4.1.	Restituição das prestações	402
5.1.3.4.1.1.	Reembolso do valor pago	402
5.1.3.4.1.2.	Devolução do bem	404
5.1.3.4.2.	Transferência do risco	405
5.1.3.4.3.	Repercussão no contrato de crédito associado	405
5.1.3.5.	Exceções	407
5.1.4.	Contratos à distância relativos a serviços financeiros	408
5.1.4.1.	Prazo	409
5.1.4.2.	Exercício do direito	410
5.1.4.3.	Efeitos do contrato na pendência do prazo	411
5.1.4.4.	Efeitos do exercício do direito	412
5.1.4.5.	Exceções	413
5.1.5.	Contratos celebrados no domicílio ou equiparados	413
5.1.5.1.	Prazo	414
5.1.5.2.	Exercício do direito	415

5.1.5.3.	Efeitos do contrato na pendência do prazo	416
5.1.5.4.	Efeitos do exercício do direito	417
5.1.5.5.	Exceções	418
5.1.6.	Contratos especiais esporádicos	418
5.1.7.	Contrato de crédito ao consumo	419
5.1.7.1.	Decreto-Lei n.º 359/91	419
5.1.7.1.1.	Prazo e exercício do direito	420
5.1.7.1.2.	Efeitos do contrato e do exercício do direito	421
5.1.7.2.	Diretiva 2008/48/CE	422
5.1.7.2.1.	Prazo e exercício do direito	423
5.1.7.2.2.	Efeitos do contrato e do exercício do direito	423
5.1.7.3.	Decreto-Lei n.º 133/2009	424
5.1.7.3.1.	Prazo	425
5.1.7.3.2.	Exercício do direito	426
5.1.7.3.3.	Efeitos do contrato na pendência do prazo	427
5.1.7.3.4.	Efeitos do exercício do direito	428
5.1.8.	Contratos relativos ao investimento em bens corpóreos	429
5.1.9.	Contrato de seguro	432
5.1.10.	Contrato de viagem organizada	434
5.1.10.1.	Prazo e exercício	435
5.1.10.2.	Efeitos do contrato e do exercício do direito	435
5.1.11.	Contratos relativos a direitos de habitação turística	438
5.1.11.1.	Prazo	439
5.1.11.2.	Exercício do direito	441
5.1.11.3.	Efeitos do contrato na pendência do prazo	442
5.1.11.4.	Efeitos do exercício do direito	443
5.2.	Fundamentos de política legislativa	445
5.3.	Regime e natureza do direito de arrependimento	448
5.3.1.	Regime jurídico	449
5.3.1.1.	Prazo	449
5.3.1.2.	Exercício do direito	450
5.3.1.3.	Efeitos do contrato na pendência do prazo	451
5.3.1.4.	Efeitos do exercício do direito	453
5.3.2.	Denominação e natureza jurídica	455
5.3.3.	Imperatividade	458
6.	CONTEÚDO DO CONTRATO	463
6.1.	Qualidade da prestação nos contratos de consumo	463

6.2. Critérios de conformidade do bem com o contrato	468
6.2.1. Conformidade com o contrato. Observações gerais	470
6.2.2. Critérios legais para a aferição da conformidade	474
6.2.2.1. Conformidade com a descrição feita pelo vendedor	474
6.2.2.2. Conformidade com uma amostra ou um modelo	477
6.2.2.3. Adequação às utilizações habituais	481
6.2.2.4. Adequação a uma utilização específica	483
6.2.2.5. Conformidade com as qualidades e o desempenho habituais	484
6.2.2.6. Relevância contratual da publicidade e da rotulagem	489
6.2.2.6.1. Panorama geral da legislação portuguesa	490
6.2.2.6.2. Eficácia contratual	493
6.2.2.6.3. Imperatividade	502
6.2.2.7. Conformidade da instalação e das instruções do bem	507
6.2.3. Inexistência de desconformidade	508
6.3. Exclusão de cláusulas abusivas não negociadas individualmente	510
6.4. Cláusulas de fidelização	526
6.5. Taxa de juro no crédito ao consumo	528
6.5.1. Usura no Código Civil	529
6.5.2. Usura no Decreto-Lei n.º 133/2009	533
6.5.2.1. Fundamentos	533
6.5.2.2. Regime jurídico	535
6.5.2.3. Imperatividade	540
7. CUMPRIMENTO E INCUMPRIMENTO DO CONTRATO	543
7.1. Princípios gerais relativos ao cumprimento dos contratos de consumo	545
7.1.1. Boa fé na realização das prestações	545
7.1.2. Pagamento do preço	547
7.1.3. Lugar e prazo da prestação	552
7.2. Conformidade e desconformidade no regime do Decreto-Lei n.º 67/2003	554
7.2.1. Em torno das noções de desconformidade, defeito e garantia	554
7.2.2. Conformidade no momento da entrega	558
7.2.3. Direitos do consumidor	565
7.2.3.1. Hierarquia entre os direitos	566
7.2.3.2. Reparação do bem	571
7.2.3.3. Substituição do bem	575
7.2.3.4. Resolução do contrato	576
7.2.3.5. Redução do preço	579

7.2.3.6.	Exceção de não cumprimento do contrato	581
7.2.3.7.	Indemnização	582
7.2.4.	Prazos	585
7.2.4.1.	Prazo da garantia legal de conformidade	585
7.2.4.2.	Prazo para exercício de direitos	590
7.2.4.2.1.	Denúncia da falta de conformidade	592
7.2.4.2.2.	Caducidade da ação	594
7.2.4.3.	Imperatividade	600
7.2.5.	Responsabilidade (direta) do produtor	603
7.2.6.	Direito de regresso	608
7.2.7.	Garantia voluntária	612
7.3.	Cumprimento e incumprimento do contrato de crédito ao consumo	617
7.3.1.	Cumprimento antecipado do contrato pelo consumidor	617
7.3.2.	Vencimento antecipado das prestações e juros remuneratórios	620
7.3.3.	Conexão de contratos	628
7.3.3.1.	Noção de contrato de crédito coligado	631
7.3.3.2.	Consequências da ineficácia do contrato de crédito	632
7.3.3.3.	Consequências da ineficácia do contrato de compra e venda	633
7.3.3.4.	Consequências do incumprimento do contrato de compra e venda	634
8.	CONCLUSÕES	639
	BIBLIOGRAFIA	643
	JURISPRUDÊNCIA	695
	ÍNDICE	719